



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

HELISSA PEREIRA DE MORAIS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR RAUL CÓRDULA**

**CAMPINA GRANDE
2011**

HELISSA PEREIRA DE MORAIS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR RAUL CÓRDULA**

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Tomaz de Oliveira

CAMPINA GRANDE
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca de Serviço Social "Luiza Erundina" – UEPB

M827e Morais, Helissa Pereira de.
Educação sexual na escola [manuscrito] : a experiência de estágio supervisionado em serviço social na escola estadual professor Raul Córdula / Helissa Pereira de Morais. – 2011.
71 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.
“Orientação: Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira, Departamento de Serviço Social”.

1. Educação Sexual. 2. Prática Profissional. 3. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 372.372

HELISSA PEREIRA DE MORAIS

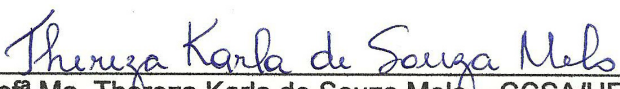
**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR RAUL CÓRDULA**

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 14/12/2011

Banca Examinadora


Profª Drª Marília Tomaz de Oliveira – CCSA/UEPB
(Orientadora)


Profª Ma. Thereza Karla de Souza Melo – CCSA/UEPB
Examinadora


Profª Ma. Célia de Castro – CCSA/UEPB
Examinadora

**Dedico a Deus, meu refúgio, minha
fortaleza, meu amigo fiel que me dá
força para enfrentar todas as
adversidades e por mostrar quão
somos capazes.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por está presente em todos os momentos da minha vida, sempre me dando força para superar todos os desafios.

A minha mãe, por seu amor e dedicação.

A minha tia, por seu incentivo e carinho.

Aos meus irmãos, Herbert e Monaliza, pelo companheirismo.

Ao meu Esposo Marcelo, por me incentivar e por seu amor generoso.

A minha grande amiga Renata, que foi um anjo que Deus colocou em minha vida.

A minha Vó Maria, exemplo de sabedoria.

A minha filha Renata, meu presente de Deus.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, que através dos conteúdos ministrados ao longo da minha formação acadêmica proporcionaram-me muitos ensinamentos.

A minha orientadora Prof^a Marília Tomaz, pela paciência, aprendizado e dedicação.

As minhas amigas de curso em especial Débora, Dorinha, Jennifer, Jussara, Lívia e Morgana, pelo companheirismo, pelas risadas e pela ajuda nos momentos em que mais precisei.

Espero ser merecedora daqueles que me deram oportunidades e acreditaram no meu potencial.

Obrigada a todos.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como principal objetivo discutir a experiência de estágio curricular em Serviço Social desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Córdula, pautando-se em nossa proposta de intervenção materializada no projeto “Saúde e Sexualidade na Escola” que teve como objetivos: Fortalecer a relação existente entre saúde e educação; Promover ações de prevenção e promoção da saúde, direcionadas a população adolescente/jovem: Propiciar um debate sobre o enfrentamento da vulnerabilidade à gravidez precoce e indesejada e as doenças sexualmente transmissíveis. O público alvo foram alunos do 6º e 7º ano do ensino fundamental matriculados no turno da noite. A metodologia escolhida para a efetivação das atividades foi à realização de oficinas, abordando a temática em foco, por estas proporcionarem uma interação entre o ministrador e o público a ser atingido. No primeiro momento (mês de dezembro de 2009) realizou-se uma pesquisa exploratória qualiquantitativa com caráter descritivo, junto aos alunos, com objetivo de obter dados para definir a temática do projeto de intervenção, sendo escolhida a temática sexualidade. No segundo momento (meses de fevereiro e março de 2010), passamos a construção do projeto de intervenção e no mes de abril de 2010, à realização das oficinas, o que propiciou uma reflexão acerca da educação sexual na escola. Através do estudo realizado compreendemos que não só os alunos precisam ter suas dúvidas esclarecidas e que este processo envolve a união de profissionais da educação, gestores, poder público, família e comunidade, a fim de quebrar as barreiras do conservadorismo que permeiam o trato da temática aqui abordada.

Palavras-Chave: Educação Sexual. Prática Profissional. Serviço Social.

ABSTRACT

This work Completion of course (TCC) has as main objective to discuss the internship experience in Social Service curriculum developed at the State School of Elementary and Secondary Education Professor Raul Cordula, basing themselves on our proposed intervention embodied in the "Health and sexuality at School "which aimed to strengthen the relationship between health and education, promote prevention and health promotion targeted at adolescents / youth: Provide a discussion on coping with the vulnerability to early and unwanted pregnancy and disease sexually transmitted infections. The target audience were students of the 6th and 7th grade of elementary school enrolled in night shift. The methodology chosen for the realization of the activities was the holding of workshops, addressing the issue in focus, for these provide an interaction between ministering and the public to be reached. At first (the month of December, 2009) carried out a qualitative and quantitative exploratory research with a descriptive, with the students, in order to obtain data to define the theme of the project intervention, and the theme chosen sexuality. In the second phase (February and March 2010), we began construction of the project concerned and in the month of April 2010, the implementation of the workshops, which led to a discussion about sex education in school. Through the study not only understand that students need to have their doubts clarified and that this process involves the union of professional educators, managers, government, family and community in order to break the barriers of conservatism that pervade the treatment of the theme addressed here.

Keywords: Sex Education. Professional Practice. Social Service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Especificação da estrutura física da E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula	53
Quadro 02 - Recursos materiais existentes na escola	53

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
BEMFAM	Bem Estar Familiar no Brasil
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
DIU	Dispositivo Intra-Uterino
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
FDA	Food and Drug Administration
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NIEE	Núcleo de Integração Empresa Escola
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL	14
2.1	Breves considerações sobre a educação brasileira do período colonial ao século XIX	14
2.2	Situando a educação a partir da primeira constituição brasileira	16
2.3	A educação brasileira no século XX: avanços e retrocessos	19
2.4	Algumas reflexões sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira	26
2.5	A prática do Serviço Social na educação	29
3	A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES	35
3.1	Apontamentos sobre a história da sexualidade	35
3.2	Situando a temática sexualidade no Brasil	39
3.3	Os PCN's e a educação sexual	43
3.4	A educação sexual nas escolas	47
4	EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL RAUL CÓRDULA	51
4.1	Conhecendo o campo estágio	51
4.2	Trabalhando a educação sexual nas escolas: uma experiência no Colégio Estadual Raul Córdula	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXOS	68

1 INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil vem enfrentando sérios entraves para consolidar um projeto de cobertura mais abrangente. Situamos seu início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a percebe como direito de todos e dever do Estado e da Família, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1996. Os muitos artigos elaborados, a fim de concretizar a proposta de uma educação para a cidadania com caráter democrático, não tiveram na prática respaldo, sobretudo, por parte dos governantes, para oferecer aos cidadãos que dela mais necessitam o acesso a uma educação de qualidade.

Respaldo na política econômica vigente, o Estado contemporâneo investe cada vez mais na focalização, precarização e no desfinanciamento da política de educação. Tal fato tem origem na forma como esta política vem sendo conduzida ao longo da história, apresentando momentos de alargamento e retração em relação ao acesso por parte da população, como também dos investimentos direcionados a este setor.

As consequências deste descaso são expressas nas escolas públicas principalmente na forma como o cotidiano do ensino vem sendo conduzido no país: desvalorização dos profissionais da educação, falta de recursos humanos e materiais de capacitação para o trabalho com temáticas específicas do cotidiano dos alunos, que inclusive se colocam como Temas Transversais apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre outras.

Dos temas transversais, destaca-se a “orientação sexual”, de extrema relevância para a formação dos educandos, já que no Brasil podemos presenciar momentos de completa banalização do sexo. Sendo o corpo vulgarmente exposto em canções e telenovelas, sem que haja um debate ou preocupação com a educação sexual, e enquanto isso os jovens continuam a aprender sobre assuntos tabus, como masturbação, virgindade, relações sexuais, homossexualidade e aborto de forma conservadora e/ou deturpada.

A escola deve ser um espaço de socialização e discussão de idéias, ao mesmo tempo em que os jovens que a frequentam têm inquietações, medos, inseguranças com relação a experiências sexuais. Atualmente a escola não tem se configurado como tal, não contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e

inquietações acerca do tema. Apesar disso, os PCN's têm trazido à tona a questão da inserção da temática sexualidade nos currículos escolares.

Partindo dessa compreensão, entendemos ser de extrema importância a atuação de uma equipe multidisciplinar no espaço escolar. Desse modo, destacamos a ação de um profissional como o assistente social nas instituições de ensino. Ressaltamos que este profissional pode contribuir de forma significativa na elaboração e execução de atividades que envolvam a temática em foco. Tais atividades devem possibilitar o debate, levando os alunos a expor suas opiniões, iniciando um processo de revalorização do eu, onde a opinião é importante e as dúvidas sobre sexualidade são postas em pauta, rompendo limites para as vozes que ousam falar de sexo.

Reconhecendo o desafio que é trabalhar a educação sexual nas escolas, resolvemos realizar o presente estudo com o objetivo de discutir a nossa experiência de estágio curricular em serviço social na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Córdula. Destacamos que a presente produção teórica é um desdobramento da nossa proposta de intervenção que se materializou através do projeto "Saúde e Sexualidade na Escola", o qual envolveu a realização de oficinas sobre sexualidade com alunos do 6º e 7º ano do turno da noite durante o ano letivo de 2010.

No primeiro momento do estágio realizamos uma pesquisa exploratória quali-quantitativa com caráter descritivo analítico, cujos dados foram submetidos à análise de conteúdo. Utilizamos a pesquisa com o objetivo de definir a temática do projeto de intervenção, sendo escolhida pelo meu grupo a temática sexualidade. No segundo momento, passamos à construção do projeto de intervenção e à realização de oficinas sobre o tema. A experiência das oficinas foram descritas em nosso relatório de estágio e discutidas no momento de orientação, o que propiciou uma reflexão acerca da prática profissional e da inserção da temática Educação Sexual na Escola.

Diante do exposto, passamos à estruturação do trabalho, que ficou dividido em cinco capítulos.

O primeiro, um capítulo introdutório. No segundo capítulo, fizemos um resgate histórico da política de educação no Brasil, com os autores: Ribeiro (1979), Ferreira e Aguiar (2000), Fonseca e Inácio Filho (2002), Pelegrini e Azevedo (2011) e outros. Ressaltamos a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a

elevação da política de educação ao *status* de política social e o surgimento da LDB dando ênfase às modificações ocorridas neste período com relação à educação pública. Ainda situamos a prática do Serviço Social na Educação à luz dos autores: Martins (1999), Yamamoto (2007; 2011) e Santos (2011).

No terceiro capítulo, trazemos a história da sexualidade através dos autores: Michel Foucault (1985), Nunes (1987), Scaini e Souza (2007), Suplicy et al (1999) e outros. Procedemos a construção de um panorama da educação sexual no Brasil, destacando a importância dos PCNs para sua consolidação no contexto escolar brasileiro e a forma como esta se apresenta no cotidiano das salas de aula.

O quarto capítulo trata do relato de nossa experiência de intervenção na Escola Estadual Raul Córdula, destacando a prática do Serviço Social na instituição, a caracterização desta e a metodologia de pesquisa com Chizzotti (1995).

Para concluir, apresentamos as considerações finais no quinto capítulo, seguido das referências que utilizamos para a realização deste estudo.

Esperamos, assim, proporcionar algumas reflexões sobre a Política de Educação e a Educação Sexual na Escola, que obviamente não puderam ser esgotadas neste texto, mas pelo menos tem a pretensão de incitar o aprofundamento do estudo sobre a referida temática.

2 EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”.

(Aristóteles)

2.1 Breves considerações sobre a educação brasileira do período colonial ao século XIX

A história da Educação no Brasil inicia-se ainda no período colonial, a partir da vinculação desta com o Estado entre os anos 1549 a 1808, através dos Jesuítas liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega. Neste período, a educação brasileira foi abalizada pelo abuso de poder e autoritarismo por parte dos que detinham o conhecimento, configurando-se como privilégio de um pequeno grupo.

A criação de um Governo Geral no período colonial teve como principal objetivo promover um processo de colonização dos indígenas, convertendo-os à fé católica, deste modo, os índios e os colonos dispunham de um processo educacional em que os jesuítas eram responsáveis em lhes instruírem. Segundo Ribeiro (1979, p. 17)

Entre as diretrizes básicas constantes no Regimento, isto é, na nova política ditada, então, por D. João III (17-12-1548), é encontrada uma referente à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução. Em cumprimento a isto, chegam, com Tomé de Souza, quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel de Nóbrega.

Podemos assim afirmar que os Jesuítas contribuíram para o desenvolvimento intelectual brasileiro, trazendo valores morais, costumes e crenças oriundas da fé e religiosidade da Europa e, principalmente, a metodologia pedagógica que favoreceu o processo educacional no Brasil.

Antes da chegada dos padres jesuítas, praticamente não existia educação no país, tendo em vista que os índios tinham como referencial valores morais e

disciplinares das tribos, basicamente fundamentados nos exemplos dos adultos e de referencial religioso, conforme revelam relatos da FUNAI (2010).

Os pequenos índios, conhecidos como curumins, aprendem desde pequenos e de forma prática. Costumam observar o que os adultos fazem e vão treinando desde cedo. Quando o pai vai caçar, costuma levar o indiozinho junto para este aprender. Portanto a educação indígena é bem prática e vinculada à realidade da vida da tribo indígena. Quando atinge os 13 os 14 anos, o jovem passa por um teste e uma cerimônia para ingressar na vida adulta.

Deste modo, os índios viviam num ambiente em que os valores morais prevaleciam, havendo, porém, uma lacuna quanto à instrução formal, suprida pela vinda dos jesuítas, de modo que a política colonizadora de Portugal no território brasileiro passa a influenciar de maneira contundente a organização de escolas ainda no Brasil – Colônia (RIBEIRO, 1979).

Consideramos que a inserção da educação no Brasil atendeu, sobretudo, a interesses mercantis com conveniências para um grupo menor, mas com poder e influência, os nobres e seus descendentes, que almejavam alcançar lucros através das atividades exercidas pelos colonos. Estes inicialmente aprendiam o português, depois participavam de cursos de cunho opcional, incluindo cursos técnicos, o que favorecia a classe dominante. De acordo com Ribeiro (1979, p. 29):

A catequese do ponto de vista religioso interessava à Companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento de Reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão de obra. A educação profissional (trabalho manual), sempre muito elementar diante das técnicas rudimentares de trabalho, era conseguida através do convívio, no ambiente de trabalho, quer índios, negros ou mestiços que formavam a maioria da população colonial. A educação feminina restringia-se a boas maneiras e prendas domésticas.

É importante ressaltar que neste período o lado intelectual estava intrinsecamente associado à influência religiosa impetrada pelos jesuítas, o que os tornou fortes e dominantes no setor da educação no Brasil, favorecendo a aquisição pela mesmas de inúmeros estabelecimentos escolares.

Apesar do desenvolvimento educacional favorecido pelo trabalho dos Jesuítas, em 1579 ocorreu uma perseguição que resultou na expulsão destes do país. Esse fato ocasionou um desconforto por parte dos políticos da época, fato marcado pela liderança do Marquês de Pombal que tinha como objetivo restaurar a economia de Portugal que havia chegando à decadência. O meio pelo qual planejava realizar esta recuperação econômica era o de modernizar a cultura portuguesa, sendo os jesuítas considerados como um empecilho a isto. Carvalho (1978, p. 139) considera que:

A reforma pombalina teve o caráter de criar a escola útil aos fins do Estado e, neste sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar. Com isso, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.

No entanto, nada foi feito neste período para dar desenvolvimento ao ensino por parte dos governantes, a não ser o estabelecimento do ensino público financiado pelo Estado para atender a seus próprios interesses.

É assim, baseada na questão financeira e associada ao ensino com financiamento público, que caminha a educação brasileira até o período imperial, quando pouco a pouco se introduz o ensino primário. De acordo com Lohn (2011):

Em 1820 o povo português mostra-se descontente com a demora do retorno da Família Real e inicia a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto. Isto apressa a volta de D. João VI a Portugal em 1821. Em 1822, a 7 de setembro, seu filho D. Pedro I declara a Independência do Brasil e, inspirada na Constituição francesa, de cunho liberal, em 1824 é outorgada a primeira Constituição brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que há "*instrução primária e gratuita para todos os cidadãos*".

2.2 Situando a educação a partir da primeira constituição brasileira

Com a primeira Constituição Brasileira, surge na forma legal o direito de todos à educação básica de forma gratuita, alcançando a todas as classes sociais. No entanto, o desprezo aos mais carentes e a busca de interesses estatais fez com que tal determinação não fosse cumprida. Observamos que havia neste período um

desprezo por parte da elite pelo trabalho manual, o que explica, de certo modo, o desinteresse pelo ensino primário e profissional. Segundo Werebe (1974 apud DANTAS, 2011):

A repulsa pelas atividades manuais levava essa elite a considerar vis as profissões ligadas às artes e aos ofícios. Só mesmo o descaso com que o ensino primário era tratado e a falta de visão na busca de soluções para os problemas educacionais permitem entender a adoção por tanto tempo do método lancasteriano, nas escolas brasileiras.

O método de Lancaster proporcionava, às crianças brasileiras, noções de leitura, escrita, matemática básica e até mesmo noções religiosas. O ensino através deste método era realizado em um determinado local com apenas um professor, que instruía cerca de cem alunos e neste meio escolhia um aluno considerado de maior capacidade para ensinar outros dez alunos – chamado decurião. Esta realidade mostra a fragilidade do ensino básico nesta fase da história do Brasil.

Se a denominação de escola primária representaria política e pedagogicamente a permanência da idéia de um ensino suficientemente difundido e realmente formativo. A classificação de escolas de primeiras letras simbolizava, antecipadamente, a tibieza congênita que irá marcar a maior parte dos esforços de educação popular durante o Império, e até mesmo na República (SILVA, 1979, p.193 apud RIBEIRO, 1979, p. 49).

A conquista de um Estado independente, ou seja, uma nação com autonomia política, exigia um sistema educacional organizado e definido, de forma que passa a existir uma preocupação com o ensino superior. Sobre isso Ribeiro (1979, p. 25) afirma:

Quanto à instrução superior, a 9-1-1825 é criado um curso jurídico provisório na Corte. Vários projetos (1826/1827/1828/1830) são apresentados para o ensino médico. Inaugura-se a Academia de Belas Artes, que em 1831 passa por sua primeira reforma. O observatório Astronômico, criado em 1827, é a instituição científica surgida no período.

Outros fatos importantes no que concerne à educação brasileira neste período foram: a criação da primeira escola normal do Brasil em Niterói (1835), e uma escola normal na Bahia. Também são criados os Liceus da Bahia e da Paraíba

(1836), o Colégio Pedro II é fundado no Rio de Janeiro (1838), além de uma escola normal no Pará (1839), uma escola normal no Ceará (1845) e outra em São Paulo (1846).

Politicamente, o período que compreende 1870 a 1894 é basicamente marcado pela decadência do Regime Imperial, pela incapacidade do governo de resolver questões políticas e atender as necessidades sociais que evoluíram pelas transformações ocorridas na sociedade. No que concerne à escolaridade, são constatadas críticas a falhas na estrutura educacional já existente, o que levaria em seguida à realização de uma reforma no âmbito do ensino universitário com apoio do governo, que criava, incentivava e mantinha as universidades.

Forma-se [...] um grupo de defensores do modelo universitário alemão que o propõe como forma de superar as reservas tradicionais que os liberais ofereciam à criação da Universidade Brasileira. Embora jamais tenha sido concretizado no Brasil, o modelo germânico representou durante muito tempo aspiração do intelectual que se considerava atualizado. Para muitos liberais, a universidade alemã sintetiza a fórmula da realização de suas teses pedagógicas (RIBEIRO, 1979, p. 66).

Em 19 de abril de 1879 foi decretada a reforma “Leôncio de Carvalho”, com destaque para algumas medidas consideradas necessárias. De acordo com Ribeiro (1979, p. 66),

Liberdade de ensino, isto é, a possibilidade de todos os que se sentissem capacitados exporem suas idéias segundo o método que lhes parecesse mais adequado; o *exercício do magistério* era incompatível com o de cargos públicos e administrativos; e, *liberdade de freqüência*, ou seja, dar liberdade para os alunos dos cursos secundários e superiores estudarem como e com quem entendessem.

A liberdade de ensino referia-se à liberdade do professor de transmitir seus conhecimentos de acordo com o método de ensino que considerasse mais adequado. O exercício do magistério, a busca pela existência de compatibilidade com cargos públicos e administrativos, desde que o Estado se dispusesse a pagar além de oferecer outras garantias inerentes aos professores. Já a liberdade de frequência diz respeito ao estabelecimento escolar usar de rigidez na aplicação dos

exames, com a concessão de liberdade aos alunos em escolher como e em quanto tempo eles desejarão cumprir as matérias estipuladas.

A mudança de sistema político de Imperial para República, propiciou a descentralização do ensino, sendo atendidos tanto interesses da classe média, quanto da classe dominante.

Assim pode-se dizer que a centralização política de certa forma impedia o desenvolvimento educacional no Brasil, pois através disto ocorria a privatização no setor da educação.

2.3 A educação brasileira no século XX: avanços e retrocessos

O período que compreende o final do século XIX e o início do século XX foi marcado pelo Regime Republicano, com a existência de conspiração para a queda de Floriano Peixoto, que havia chegado ao poder após o golpe militar. A crise econômica se agrava, ocasionando uma aliança financeira com a burguesia internacional, esta aliança, apesar de proporcionar um equilíbrio interno, causou dependência financeira.

Com a volta ao estilo positivista pela Reforma de Rivadávia é criado meio para o processo seletivo pelo vestibular para alunos que ingressariam nas Universidades. Considerou-se algo incontestavelmente inovador, mas não passou de teoria, uma vez que o estilo antigo dos exames preparatórios foi mantido, o que continuou dificultando o ingresso dos jovens da classe pobre ao nível superior.

Apesar de todas estas reformas neste período, o problema do analfabetismo se agrava, de forma que no ano de 1915 foi criada uma liga de defesa nacional em combate ao analfabetismo no Rio de Janeiro e São Paulo, a Liga Nacionalista (AZEVEDO apud FERREIRA; AGUIAR, 2000). Nesta fase era importante para o país mostrar um contexto de desenvolvimento educacional, pela compreensão de que um povo desenvolvido intelectualmente implicaria numa nação também desenvolvida.

Campanhas proclamando a necessidade da difusão da escola primária de forma organizada. Eram lideradas por políticos que, enquanto tais, reconheciam a necessidade da difusão especialmente da escola primária como base da nacionalidade, o que fez com que alguns defendessem não só o combate ao analfabetismo, como também a introdução da formação patriótica, através do ensino cívico (RIBEIRO, 1979, p. 79).

Mas, o problema do analfabetismo estava tão agravado que as campanhas não surtiram efeitos. Fatores como falta de verbas e até mesmo a falta de posicionamento ante ao problema, dificultavam a resolução do mesmo.

No caso do ensino primário, o que dificultava a alfabetização dos estudantes era o seu tipo de escola primária em que este era constituído “de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento” (RIBEIRO, 1979, p. 81).

Este estilo de grupo se tornava inadequado, haja vista a existência de alunos de vários níveis de escolaridade, o que comprometia a qualidade do ensino. Quanto ao ensino médio, o ensino público fornecia dados restritos, havendo quantidade significativa de alunos no ensino particular. Entende-se que a elite brasileira dispunha de uma maior participação neste nível de ensino.

No ensino superior nas faculdades públicas, embora com a redução no número de escolas e professores, percebe-se um maior número de matrículas e conclusão de cursos, sendo o bacharelado alvo principal dos estudantes que chegaram a ingressar nas universidades.

Nas décadas de 20 e 30, a burguesia dominava a indústria reprimindo a classe operária, este período teve como marco a explosão do contexto industrial no Brasil, com crescimento das indústrias, associado ao crescimento social, pelo alargamento da classe média, constituída por funcionários públicos e militares.

O crescimento da classe média era de certa forma depreciada pela política da época, já que os políticos tinham ligação direta com a classe dominante, isso, porém, não impedia sua expansão. Era de se esperar que neste ambiente de agitação, de contestação de idéias e práticas estabelecidas, também aquelas que caracterizavam a organização escolar do período fossem combatidas.

Vê-se nesta fase a repetição da aplicação das reformas pedagógicas adotadas no início do século, com o liberalismo no processo de escolarização, modelo vinculado aos interesses da classe burguesa. Houve também tentativa de

implantação de escolas de ensino primário em tempo integral, além da tentativa de integrar o nível primário, ensino médio e ensino superior. Após a Revolução de 1930, a Constituição de 1934 veio a proporcionar progressos na educação no Brasil, considerada até então atrasada em relação a outros países (MARTINS, 1993; 2011).

Com o golpe militar, em 1937, ocorreram transformações no que concerne à história do Brasil, havendo a descentralização do grupo dominante, pela queda do sistema antidemocrático da aristocracia rural.

Este governo teve como principal preocupação proteger o sistema industrial, continuando o trabalho do governo anterior. Porém, Getúlio Vargas, por sua popularidade, consegue voltar à presidência elevando as chances de uma proteção às indústrias mais consistente.

Com relação à educação, a Constituição de 1946 no artigo 166 afirmava a igualdade de direitos para todos, sem discriminação, à educação, também o artigo 168 parágrafo I garantia a gratuidade do ensino primário. Neste período, mesmo com verbas destinadas a melhorias na educação, o problema do analfabetismo ainda imperava, embora tenha ocorrido a ampliação do número de escolas e de matrículas realizadas, além da contratação de professores.

Este período foi assinalado pela criação de órgãos importantes na área de educação, que adotaram o estilo de modernização educacional, proporcionando aos brasileiros um vasto número de cursos.

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP-1938), Serviço Nacional de Radiofusão Educativa (1939), Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (1937), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – 1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC – 1946), Conselho Nacional de Pesquisa (CNP – 1951), Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Superior (CAPES – 1951), Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES – 1954), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (1955), além de muitos outros de caráter suplementar e provisório, de iniciativa oficial ou particular (RIBEIRO, 1979, p. 135).

Neste momento, Clemente Mariani, o então ministro da Educação, reuniu um grupo de educadores com o propósito de elaborar um projeto para a reforma geral na educação a nível nacional. Além disso, houve também o aparecimento do ensino supletivo no país.

Com essa iniciativa reduziu-se consideravelmente a quantidade de analfabetos no país, vindo despertar governantes e responsáveis pelo setor de educação à expansão escolar.

De 1955 a 1964 a história da educação nacional será marcada pela junção do grupo de dirigentes brasileiros, empresas estrangeiras e profissionais da área a fim de expandir o acesso à educação, ao mesmo tempo em que a economia brasileira apresenta uma diversificação de suas atividades, conforme afirma Ribeiro (1979, p. 143):

O que se tem a destacar, em síntese, desta caracterização contextual, básica para a compreensão dos acontecimentos educacionais, é que durante este período (1955-1963), há o aprofundamento das conseqüências apontadas [...], ou seja, diversificação das atividades econômicas criando novos empregos em quantidade e qualidade, manutenção da exploração da mão-de-obra como forma de acumulação; modificação, em parte, da situação de um certo contingente desta mão-de-obra (operário urbano), que pelas poucas (fábrica/cidade), conquista alguma condição de manifestação de seus interesses; ampliação do setor médio agora integrado no processo de desenvolvimento.

No que concerne ao ensino elementar, a evasão diminuiu consideravelmente. O ensino secundário triplicou o número de matrícula efetiva, aumentando o número de alunos por professor. Já no ensino superior, duplicou a quantidade de professores e de matrículas efetivas (RIBEIRO, 1979). Pode-se assim afirmar que houve um melhoramento em todos os níveis escolares em relação ao período anterior.

Analisando o sistema educacional brasileiro em 1960, Florestan Fernandes assinalava: É certo que a República falhou em suas tarefas educacionais. Mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigidos pela sociedade de classes e pela civilização correspondente, fundada na economia capitalista, na tecnologia científica e o regime democrático. Em outras palavras, suas falhas provêm das limitações profundas, pois se omitiu diante da necessidade de converter-se em Estado educador, em vez de manter-se como Estado fundador de escolas e administrador ou supervisor do sistema nacional de educação (FERNANDES apud MELLO, 2009, p. 71).

Na verdade, vê-se que o crescimento e desenvolvimento da sociedade como um todo não foi acompanhado de maneira igualitária pela educação oferecida à nação. Valores políticos e específicos de uma determinada classe interferiram neste processo. Mesmo assim, este período foi favorecido com a elaboração e promulgação da LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), posteriormente denominada LDB, no ano de 1961.

Um plano nacional de educação, entretanto, só foi estabelecido a partir de 1961, depois da promulgação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN). É possível dizer que, entre os anos 30 e a promulgação da LDBN, estabeleceram-se os dispositivos legais e as normas básicas sobre o setor educacional (FERREIRA; AGUIAR, 2000, p. 31).

O principal objetivo desta lei era organizar a política educacional, direcionando-a à classe menos favorecida, já que a educação no Brasil há tempos estava sujeita a interesses da classe burguesa (FONSECA; INÁCIO FILHO, 2002).

Com todos esses conflitos foi necessária a criação de uma Lei que viesse ditar as diretrizes e bases para o melhoramento na qualidade do ensino, a Lei nº. 4024/61. Além de novas diretrizes, cuidaria de fatores que incidiam negativamente sobre o setor educacional do país, esta lei passa a assumir valor indiscutível para a educação brasileira.

Entre o fim dos anos 1960 e 1970, houve a necessidade de redefinição nos contextos econômico, tecnológico e administrativo do país, haja vista, o desenvolvimento industrial, que reivindicava novas maneiras de controle sócio-político. Na área educacional no Brasil, conforme, Fonseca e Inácio Filho (2002, p. 42).

[...] o que se verifica é que o debate sobre os rumos desse campo do saber foi altamente reprimido, influenciando e limitando o papel dos educadores aos limites traçados pelo Estado, onde estes tidos como trabalhadores sociais pouco sabiam da sua posição política e de classe em relação à sociedade e aos homens que estavam se formando. Com isso, constata-se que o professorado brasileiro neste período foi atropelado por um movimento antagônico e conflitivo. Pois de um lado estavam os princípios proclamados pelo Estado com o movimento de alfabetização, de reforma do ensino de 1º e 2º graus. Redefinição do papel e melhoria da Universidade, e de outro a necessidade e urgência de perceber o discurso político em questões como Centralização-Descentralização do Ensino, Relação entre família-Estado e Ensino Público-Privado.

Nesta ocasião, os professores vivenciavam um momento de desvalorização da educação e, conseqüentemente, do seu papel na sociedade. Outras Leis são elaboradas para aprimoramento da política educacional da nação, de forma que,

[...] em 1971, com a Lei nº 5.692, procedeu às reformas no ensino 1º e 2º graus. “Durante mais de duas décadas a educação brasileira conviveu com uma normatização jurídica própria para cada uma de suas modalidades” (FERREIRA; AGUIAR, 2000, p. 93).

Estas reformas eram contundentes no que concernia à unificação e valorização igualitária dos ensinos primário, secundário e também superior. Nesta década foi criado outro órgão que trabalharia junto ao MEC no intuito de regularizar a política de educação do país. Assim, afirma Brasil (1994):

Na década de 70 também é criado o CENESP junto ao MEC, com o objetivo de centralizar e coordenar as ações de política educacional. Este órgão existiu até 1986 e em toda a sua trajetória manteve uma política centralizadora que priorizava o repasse de recursos financeiros para as instituições privadas.

Nesta década, houve um colapso nos recursos financeiros, além da crescente problemática do endividamento externo, o que veio provocar uma diminuição nos investimentos na educação. Faltou, nessa fase do desenvolvimento educacional, um verdadeiro compromisso com a educação, além de “[...] compromisso prioritário com a formação para a cidadania, com a defesa dos direitos humanos e com a democracia e a participação popular” (SANDER, 2011). Mesmo assim, é de suma importância ressaltar que houve a elaboração de uma versão da LDB no ano de 1971.

No contexto educacional dos anos 1980, um enfoque foi dado a descentralização e administração democrática, o que proporcionou um resgate de paradigmas distintos referentes à gestão escolar, que ainda hoje são aplicados em nossas escolas. Sobre esta questão Sander (Ibidem) diz: “aprendemos as perspectivas de administração educacional como ato pedagógico ou ato acadêmico ao invés de ato econômico ou ato empresarial [...] como ato político ao invés de ato burocrático”.

Ainda nesta década, faz-se imprescindível assinalar a promulgação da Constituição Federal, no ano de 1988, um grande marco na história da educação

brasileira que garantiu legalmente a educação como direito de todo o cidadão e dever do Estado. O Art. 6º desta Constituição dispõe: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 2011, p. 10).

Com isso, tem-se que a Educação, além de ser direito de todos, deve ser gratuita e obrigatória no que se relaciona ao ensino elementar, não devendo ser limitada a uma determinada classe, estando diretamente relacionada com o desenvolvimento humano.

Apesar do respaldo legal trazido pela Constituição Federal de 1988, a partir da década de 90, o país passa a viver uma fase em que os serviços sociais passam para o segundo plano, em virtude da desresponsabilização do Estado, pela implementação dos princípios neoliberais fortalecidos, sobretudo, no governo Collor de Melo. Tais princípios são contrários à ação intervencionista do Estado, defendendo seu enxugamento através das privatizações (FONSECA; INÁCIO FILHO, 2002).

No Governo de Itamar Franco, bem como no de Fernando Henrique Cardoso, o projeto neoliberal é fortalecido, sendo as preocupações voltadas aos ditames das organizações financeiras internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do FMI. Com essa interferência internacional no contexto da economia houve o aumento da privatização do ensino no Brasil. Neste período houve uma destacada atuação dos movimentos sociais pela elaboração e aprovação de uma LDB mais democrática, contudo, o governo conseguiu a aprovação da Lei Darcy Ribeiro. Surge então uma nova versão da LDB.

Após oito anos de tramitação, foi votada e sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre o número 9394, publicada sem vetos no diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. [...] é verdade que o texto final não ajuda muito – ou nada – quem sonhou com um sistema nacional de educação mais ao abrigo do Estado do que dos governos; com a valorização dos profissionais da educação garantida por um Piso Salarial nacional; com uma gestão democrática fundada no poder público através de eleição de diretores e reitores e de conselhos deliberativos (MONLEVADE, 1997 apud ALMEIDA, 2005, p. 122).

A Lei n.º 9394/96, teve como relator Darcy Ribeiro e teve como objetivo uma administração democrática do Ensino público, haja vista neste período ter ocorrido um aumento no ensino privado, além disso, esta Lei veio para incentivar uma maior autonomia no setor pedagógico.

Mesmo com a eleição de um governo democrático, como foi a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a situação da educação no Brasil não foi alterada no que se refere às bases desse processo. A ligação com os organismos financeiros internacionais permaneceram inalteradas, submetendo a educação do país a suas normas e metas. Percebeu-se uma melhora no que se refere aos índices de acesso a esta política pública, bem como na criação de programas de valorização da docência.

E assim a educação brasileira caminha até a primeira década do século XXI, sem apresentar, apesar da dinamicidade e riqueza cultural de nosso país, mudanças significativas para a estruturação da política educacional de forma mais geral, ficando apenas detida em pequenos avanços, que, apesar dos pesares, consideramos como significativos.

2.4 Algumas reflexões sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira

Efetivamente a educação só começou a ter suporte constitucional a partir da Carta Magna de 1934, momento em que as reivindicações dos profissionais da educação foram atendidas, sendo outros espaços conquistados nas constituições seguintes.

No que se refere à LDB, seu surgimento dar-se na segunda Constituição Republicana brasileira, ou seja, na Lei Pétrea de 1934, tendo sua discussão continuidade na Constituição de 1946. A citação abaixo relata de forma sucinta sobre as distintas fases relacionadas a LDB. Segundo Albuquerque Júnior, Silva e Machado (2011, p. 6):

A primeira LDB foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, quase trinta anos após ser prevista pela Constituição de 1934. O primeiro projeto de lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, em 1948, foram necessários treze anos de debate até o texto final.

“A LDB é a lei que determina os fins da educação, os caminhos a serem percorridos e os meios adequados para atingi-los, enfim, regulamenta a Educação Escolar Nacional” (SANTOS, 2003, p. 52).

Devido à importância da legislação para a garantia da melhoria da educação no país, destacamos a Lei nº 5540/68, esta teve o intuito de fixar normas para organizar e articular o funcionamento do ensino superior conjuntamente com o ensino médio, entre outras providências. No entanto, não muito posterior foram detectadas falhas na sua caracterização, haja vista ter sido elaborada no período de governo militar.

Não obstante, o texto da Lei 5540/68 revestiu-se também do caráter autoritário e desmobilizador que caracterizou a quase totalidade dos atos do regime militar. De tal modo que além de enfatizar no art. 16, parágrafo 4º “a manutenção da ordem e disciplina”, demonstra-se uma preocupação saneadora, ainda pouco sistematizada, pelo oferecimento de formação cívica e física aos estudantes (PELEGRINI; AZEVEDO, 2011).

A luta dos educadores era justamente para tornar o ensino mais democrático, lutando contra as dificuldades que impediam o acesso ao ensino e assim qualificar os estudantes não só para o mercado de trabalho, mas também para exercer seu papel de cidadão. No entanto, o regime militar com base no autoritarismo não permitia que esses objetivos fossem alcançados. Porém, ainda no regime militar, no ano de 1971 foi aprovado o Decreto de Lei nº. 5692/71, com o intuito de fixar diretrizes dos níveis de ensino.

A lei nº. 5692/71 completa o ciclo de reformas educacionais geradas com o intuito de efetuar o ajustamento necessário da educação nacional à ruptura política orquestrada pelo movimento de 64. Com a nuance de efetivar-se em uma conjuntura política caracterizada pelo ápice da ideologia do “Brasil - potência”, no qual o regime militar havia se consolidado, eliminando as resistências mais significativas, e adquirido um discurso magnífico na exaltação do sucesso do seu projeto de manutenção do poder. A Educação nos anos de chumbo: a Política Educacional ambicionada pela “Utopia Autoritária” (1964-1975) (PELEGRINI; AZEVEDO, 2011).

Foi neste período que a luta dos profissionais da educação ficou mais acirrada, apesar de estarem vivendo em um período de autoritarismo, no qual qualquer expressão contrária ao sistema seria radicalmente reprimida. Este decreto ficou em vigor até o ano de 1996 com a promulgação da Lei nº. 9394/96.

Necessitou-se de mais de uma década de luta para que a versão atual da LDB fosse promulgada, sendo este ato legal um grande passo dado pela Política Educacional do Brasil. Esta foi sancionada no dia 20 de dezembro de 1996 e trouxe consigo diversas mudanças em relação às leis anteriores, conforme revela o seu primeiro artigo.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Desde o art. 1º da Lei nº. 9394/96 está explícita a influência e imprescindibilidade da educação, além de sua abrangência de atuação em diferentes pontos do desenvolvimento humano. Incluiu não só a formação das pessoas, mas o desenvolvimento da sociedade, abrangendo o relacionamento familiar, além das relações sociais e de trabalho presentes nos princípios básicos da LDB (BRASIL, 1996).

Dos princípios básicos da LDB merece destaque a participação da família e do Estado na vida escolar do estudante, haja vista que o papel do Estado é oferecer ensino fundamental com gratuidade e obrigatoriedade, mesmo para aqueles que estão fora da faixa-etária, encerrando assim as brechas que permitiam a desresponsabilização.

De acordo com o art. 4º da LDB (BRASIL, 1996), o Estado tem como dever assegurar a gratuidade não só no ensino fundamental, como também nas creches de nível pré-escolar, além de garantir a educação a alunos especiais, bem como, material didático, alimentação, transportes e até mesmo assistência médica. Torna-se também relevante comentar sobre a incumbência de cada instância e suas atribuições peculiares. O art. 8º da Lei nº. 9394/96 dispõe:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei (BRASIL, 1996).

Com esta determinação legislativa, cada ente político, União, Estados e município, colaboram com o sistema educacional e podem atuar livremente de acordo com os termos legais da LDB, tendo todos a incumbência de organização, manutenção e desenvolvimento das escolas.

Neste sentido analisamos que, seguindo os princípios da LDB, o ensino público terá grandes resultados agindo de maneira igualitária e democrática e evitando qualquer tipo de desigualdade. É imprescindível a defesa prioritária da LDB, para que todos tenham igualmente o direito ao ensino básico, bem como expandindo ao ensino superior.

A seguir veremos as considerações sobre o Serviço Social na educação e as atribuições do Assistente Social na instituição educacional.

2.5 A prática do Serviço Social na educação

A participação do Serviço Social no contexto escolar tem sido extremamente relevante para garantir uma educação de qualidade. Consideramos que os profissionais desta área trabalham não só com os alunos, mas também com os docentes e com todos aqueles que estão diretamente ligados ao processo de construção do conhecimento, ou seja, a família e até a comunidade em que os atores deste processo estão inseridos. Assim, entendendo o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que atua sobre as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2007).

A indiscutível contribuição do assistente social em prol da escola se dá também pela facilidade que este profissional adquire, por intermédio de sua formação acadêmica, de identificar os fatores que originam problemáticas presentes no cotidiano da sala de aula e que dificultam a aprendizagem, tais como fatores

sócio-econômicos e culturais. Estes fatores podem influenciar tanto negativa como positivamente no âmbito educacional.

O serviço social é requisitado para atuar sobre as expressões da questão social, no sentido de amenizá-las, esta é compreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 27). Tais expressões permeiam o contexto escolar, constituindo-o num campo riquíssimo para a atuação do assistente social:

A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidades na cena pública e possam, de fato, serem reconhecidos. Esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 6).

Nas escolas o profissional de serviço social exerce sua prática em conjunto com outros profissionais, atuando de maneira interdisciplinar, o que contribui para que as necessidades e direitos dos alunos sejam viabilizados socialmente. Santos (2011) afirma:

[...] destaca-se que o profissional do Serviço Social se insere na área da educação com o objetivo de complementar o quadro funcional e tradicional já conhecido na estrutura escolar. Pode-se afirmar que o Assistente Social vem atender as demandas inerentes à escola, que as situações da contemporaneidade, elegem a escola a um patamar de não resolutibilidade de suas necessidades atuais, oriundas das expressões da questão social e da desigualdade social produzida pelo sistema capitalista

Esta múltipla atuação do assistente social só vem a contribuir com o desempenho da escola. A este profissional, de acordo com o CFESS (2001), cabe desenvolver atividades técnicas e profissionais constantes no Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, tais como,

Pesquisa da natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem

como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vista ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei nº. 8662/93, não especificadas acima (CFESS, 2001, p. 13).

Toda temática que esteja relacionada aos problemas sociais vivenciados pela classe discente, deve ser trabalhada pelo assistente social em conjunto com outros profissionais da educação no intuito de preveni-los, amenizá-los, minimizá-los e resolvê-los, de forma que o aproveitamento do ensino pelos alunos seja satisfatório. Segundo Martins (1999, p. 60):

Os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são: contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Pode-se dizer, então, que a prática do assistente social nas escolas volta-se também para o estabelecimento de uma ponte que viabilize a relação entre escola, família e comunidade. Trabalha com a classe docente os fatores sociais que envolvem o contexto escolar, para que haja uma forte inter-relação entre todos estes componentes supracitados.

A atuação do assistente social na educação é respaldada legalmente pela LDB, Lei nº. 9394/96, mais precisamente no seu artigo 12, em que a importância da prática deste profissional é ressaltada, conforme vemos na citação que se segue:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001) (BRASIL, 1996).

Este artigo descreve a responsabilidade do estabelecimento escolar de trabalhar conjuntamente com o assistente social. Muitas são as suas intervenções na escola, perpassando tanto a proposta pedagógica, como a administração do setor burocrático que controla os recursos materiais e financeiros, a relação escola-família-instituições-comunidade e a elaboração de projetos para trabalhar problemáticas presentes no cotidiano escolar. Além da responsabilidade de deixar informados os pais e responsáveis sobre o desempenho do estudante, como também tem o dever de deixar o Conselho Tutelar a par da frequência do aluno, para que este órgão tome as providências cabíveis no caso de existir um número de falta além do permitido.

Deste modo, torna-se essencial a prática do assistente social na educação, devendo este atuar não só sobre demandas espontâneas, mas estender sua intervenção para a prevenção de certos problemas sociais. Vejamos o que diz o parecer jurídico do CFESS (2001, p. 12):

O serviço social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar.

A partir de tais diagnósticos, muitas dificuldades poderão ser inibidas e até mesmo evitadas, favorecendo, assim, que os estudantes, independente da sua faixa etária, tenham melhores condições de estudo e melhor rendimento escolar. Desse

modo, propicia a redução da evasão destes, sendo, então, de responsabilidade do assistente social escolar realizá-lo para chegar à causa, ou causas, que originaram determinado fenômeno social, com o objetivo de saná-los.

Considerando a afirmação supracitada, o serviço social pode agir na orientação dos estudantes que se encontram em dificuldades tanto no que se refere a seu desempenho, quanto na área comportamental e na socialização com outros alunos, sejam eles crianças ou adolescentes. Devendo-se considerar os fatores externos tais como a dura realidade das drogas, violência física e até mesmo sexual, ausência dos pais, entre outros.

Segundo o CFESS (2001), as problemáticas sociais mais comuns a serem trabalhadas pelo assistente social escolar são: baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Assim, compreende-se que a atuação do assistente social na escola deve considerar tanto fatores internos como externos ao ambiente escolar, os quais exercem influencia. Por sua vez, o serviço social não deve atuar nas escolas só com o intuito de resolver problemas, mas de buscar a efetivação desta política social pública, trabalhando para que certas atribuições, como ações educativas, sejam concretizadas. Martins (1999, p. 70) destaca em sua obra literária:

A prática do assistente social deve objetivar melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional.

Assim, podemos dizer que o assistente social tem ampla atuação nas escolas, não podendo ser só visto como um solucionador de problemas sociais, mas como um profissional que trabalha em conjunto com outros profissionais da escola a fim de resolver dificuldades existentes. Promove um melhoramento do

funcionamento da instituição executando a política social e vislumbrando melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

Tais problemáticas, comuns no dia a dia das escolas - que estão diretamente ligadas aos alunos, pais e professores – podem ser enfrentadas pelo assistente social através de projetos educativos com o intuito de fazer valer a prática da cidadania. Os casos que não estiverem ao seu alcance, podem ser solucionados por meio de encaminhamentos e da orientação.

Desta forma, compreende-se que a família também pode ser beneficiada pela intervenção do serviço social nas escolas, através de projetos que venham a proporcionar uma interação social entre os familiares e a escola, fortalecendo estas instituições tão importantes na sociedade atual. Daí os estudantes, sejam eles crianças ou adolescentes, poderão ter um maior e melhor desenvolvimento no seu aprendizado escolar.

3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

3.1 Apontamentos sobre a história da sexualidade

Apesar da complexidade da temática sexualidade, que está em constante mutação embora sua base seja fixa, não se pode negar sua contemporaneidade, fazendo parte do ideário humano independente de época, cultura, fatores sócio-econômicos, etc.

Para Michel Foucault (1985), compreender a sexualidade, em sua complexidade, pressupõe enxergá-la também como um produto das densas relações de poder: entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, padres e leigos e assim por diante. Sendo assim, pode-se dizer que a sexualidade está diretamente interligada às relações sociais que envolvem diferentes pessoas com distintos papéis sociais.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros. Isso, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1985, p. 100).

De acordo com este autor, a sexualidade tem raízes históricas que naturalmente levam os indivíduos a se interessarem a respeito, de modo que nem preconceitos nem tabus impedem sua realização, fazendo assim parte da natureza humana e da realidade social. Pode-se dizer, então, que a sexualidade faz parte de todas as culturas e abrange todas as faixas-etárias. Nunes (1987, p. 15) ressalta que a sexualidade,

Frequentemente está ligada aos valores morais que, por sua vez, determinam comportamentos, usos e costumes sociais que dizem respeito a mais de uma pessoa. “As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes.

Pela falta de discussão acerca do tema, as pessoas acabam apresentando uma visão errônea da sexualidade humana, tendendo a reproduzir tais valores de geração a geração. Este fato leva a sociedade a não considerar as relações sexuais também como relações sociais. Compreende-se que cultura e sexualidade não podem se restringir a uma relação simples, pois há uma complexidade que envolve essas duas instâncias. Segundo Gregersen (1983, p. 179):

A relação da sexualidade com a cultura é complexa. Certamente que os aspectos culturais podem modificar-se dramaticamente, porém, talvez a cultura da sexualidade seja mais estável do que se supunha. As mudanças recentes, tão discutidas, talvez não sejam uma ‘revolução’, como se tem proclamado.

A cultura da sexualidade, embora com muitas descobertas e revoluções, tem na sua história a influência de grupos sociais que a impedia de ser explicitada de maneira correta e coerente. A burguesia industrial, por exemplo, tinha grande interesse em controlar a sexualidade dos trabalhadores, e inovando, a seu modo, reprimia a sexualidade colocando restrições. Contudo, a repressão sexual existe desde os tempos antigos, apresentando reflexos ainda nos dias atuais. Para Foucault (1985, p. 21-22):

[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva. É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma preparação – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado. Pode ser que tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita e quando não era possível falar dele; em que situações, entre locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e descrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais. É quase certo ter havido aí uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra – espontânea por um lado e deliberada por outro – que acompanhou as redistribuições sociais da época clássica.

O sexo era proibido de ser debatido neste período, havia uma imposição de silêncio absoluto exigindo uma postura discreta e até omissa por parte de pessoas que tinham autoridade para orientar as crianças e jovens, seja nas escolas ou no âmbito familiar. Isso originou uma imagem sombria da sexualidade o que levaria as pessoas a associarem o sexo com algo impuro e, de certa maneira, repugnante, o que favorecia para que se evitasse comentar ou esclarecer dúvidas acerca do assunto.

Entre os séculos XVII e XVIII, o clima era de hipocrisia e a compreensão acerca da sexualidade era limitada ao ato de reproduzir. A burguesia, por sua vez, como grupo dominante da época, reduzia a sexualidade aos seus interesses. O lucro era o seu principal alvo e a sexualidade poderia interferir negativamente nos seus objetivos, já que a energia humana deveria ser gasta exclusivamente no trabalho. Segundo Foucault (1985, p. 29):

É somente quando se colocam problemas econômicos tais como o controle das populações, que a sexualidade do trabalhador passará a constituir problema, a essa altura, em função também da necessidade de deter as doenças venéreas. Assim é que a burguesia desempenha papel significativo na evolução de uma nova visão de sexualidade, mas não sob a forma direta de uma “censura”. Antes, tal controle é disfarçado como se não constituísse relações de poder, a partir da intervenção de entidades “autônomas” relativamente a um poder burguês centralizado. São essas as entidades que melhor revelam as modalidades discursivas sobre a sexualidade e suas formas de disseminação pelo conjunto social.

Fatores como qualidade de saúde, natalidade, doenças venéreas, relacionados aos trabalhadores, levaram a burguesia a transformar a visão de sexualidade, para que esta não atrapalhasse seus alvos financeiros, passando assim a financiar a realização de análises a respeito da sexualidade e condutas sexuais. Isso, para perceber quando as mesmas podem interferir nos aspectos biológico e econômico de uma determinada população.

Assim, o sistema capitalista de produção cria uma nova divisão de trabalho que irá afetar os valores da sociedade, especialmente no que se refere à sexualidade, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que provocará uma oscilação na estrutura familiar e no casamento:

[...] a quebra da tradicional divisão de trabalho, através da quais homens e mulheres realizavam tarefas diferentes, mas complementares, e o casamento era visto como um arranjo financeiro. Esta visão do casamento é agora menos real do que jamais foi. Cada vez mais, o sexo tornou-se a frágil base do casamento, ou de se viver algum relacionamento menos ritualmente definido (GREGERSEN, 1983, p. 3)

A atuação da mulher no mercado de trabalho veio questionar a verdadeira função do casamento, tido agora como um arranjo financeiro, uma vez que esta passa a contribuir financeiramente nas despesas familiares. Questiona-se se o sexo estaria sendo realmente a base desta instituição e do laço matrimonial como símbolo do amor e da procriação. O uso de métodos anticoncepcionais também contribuiu para este processo, ajudando as mulheres no controle da maternidade.

Mas, foi no fim do século XIX, mais precisamente nos anos de 1870, que veio existir a Ciência sexual, no mesmo período se inicia estudos sobre superpopulação. Junto a estes, vieram às preocupações com os relacionamentos conjugais em si, relações sexuais, adoção de métodos anticoncepcionais, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. No entanto, somente na década de 60 houve a aprovação da comercialização da pílula anticoncepcional pela FDA (Food and Drug Administration), órgão do Governo americano responsável, sobretudo, pelo controle de alimentos e medicamentos:

Em 1960 o FDA aprovou a comercialização da pílula anticoncepcional. Isto provocou uma separação entre a reprodução e a sexualidade e também mudança no vínculo homem-mulher. O sexo pré-marital tornou-se mais freqüente e começou-se a pensar em sexualidade como uma atividade relacional mais prazerosa (BRENDLER, 2011).

Com a aprovação da comercialização da pílula anticoncepcional, iniciou-se uma conscientização do verdadeiro significado da sexualidade, o que propiciou uma visão positiva sobre o tema.

Porém, na década de 80, com o aparecimento dos primeiros casos de AIDS em adultos homossexuais, a sexualidade vive novamente um período de repressão em meio à revolução comportamental que se instaurava na época, sendo a doença considerada um castigo sobre os que tinham comportamento sexual considerado desviante. Com o passar dos anos percebe-se que a AIDS pode ser transmitida de

mãe pra filho durante a gestação, maridos para esposas e vice-versa, transfusão de sangue, entre outras formas, o que acabou com a idéia de grupos de risco.

No entanto, esta doença sexualmente transmissível se tornou uma epidemia e, desde o seu aparecimento até os dias atuais, tem se tornado uma preocupação para as autoridades da área. Conforme Bastos (2006, p. 83) diz: “Neste início do século XXI, a epidemia da AIDS segue em expansão, marcada por assimetrias regionais e populacionais”.

Com tais desigualdades nasce a dificuldade de controle da doença, o que de certo modo influencia o comportamento sexual dos indivíduos, embora a humanidade tenha um ponto positivo a seu favor, o avanço das pesquisas científicas.

A sexualidade faz parte da totalidade do ser humano, não há como fazer uma dissociação entre vida e sexualidade, como se fosse algo que se pode desprender do indivíduo e depois tornar a atar, esta não permite uma definição singular pela sua extensão e abrangência, trazendo com isso a inexistência de definição de um modelo padrão relativo à educação sexual, já que a aprendizagem social e histórica de cada indivíduo é o alicerce da construção das suas concepções.

Quando ocorre discussão sobre sexualidade, não se discute apenas sobre o ato sexual, mas se fala da compreensão do ser humano no grupo social e cultural que está inserido de acordo com o gênero, seja na maneira de vestir, comportamento, pensar ou agir. A partir dessa compreensão é que se aprende o significado essencial da prática e experiência sexual e se constrói a opinião a respeito da sexualidade.

3.2 Situando a temática sexualidade no Brasil

No Brasil, a temática sexualidade caracteriza-se por pontos contraditórios, apresentando visão tradicional distorcida e resumida do verdadeiro sentido da sexualidade, associando-a apenas à reprodução, excluindo a afetividade, a preparação da mulher para assumir seu papel de mãe e esposa, entre outros. Isto ocorreu devido o preconceito existente na nossa cultura, que, apesar de ainda existir, apresenta proporções menos significativas pela necessidade de maiores

esclarecimentos acerca deste tema. Na sociedade brasileira a maioria das informações são passadas dos pais para os filhos, também as classes sociais encaram de modo diferente a discussão sobre o tema.

Acerca da história da sexualidade e da educação sexual no Brasil, Nunes e Silva (1999) apontam para a necessidade de estudos que resgatem algumas perspectivas da história da educação sexual e sobre as tentativas históricas de institucionalizá-la. A educação sexual no Brasil não conta com uma historiografia bem explicitada, tendo em vista que aqui só se ouviu falar em sexualidade a partir de 1920. Diz Costa e Magno (2002, p. 18):

Na década de 20, segmentos sociais inovadores, entre eles feministas, reivindicavam a educação sexual, com objetivos diferentes de proteção à infância e à maturidade. Em 1928 aprovou-se em um congresso nacional de professores e educadores, a proposta de educação sexual nas escolas para a formação dos educandos, adolescentes e jovens.

A inovação do movimento feminista trouxe a necessidade de maiores esclarecimentos sobre a questão da sexualidade. Assim, ainda no final desta década ocorreu a aprovação do ensino sexual nas escolas. Os caminhos estavam se abrindo para um avanço nesta área, mesmo esta sendo uma conquista a passos curtos. Entre as décadas de 30 e 50, o espaço para a orientação e educação sexual foi ampliado. No âmbito religioso, teve a inserção do ensino da sexualidade no Colégio Batista.

Em 1930, no Rio de Janeiro, o colégio Batista incluiu em seu currículo o ensino de evolução das espécies e da Educação Sexual. Entre o período da década de 30 e da década de 50, época em que a Igreja Católica mantinha severa repressão ao tema, não se teve conhecimento de outros trabalhos ou iniciativas ligadas à Educação Sexual. (COSTA; MAGNO, 2002, p. 18).

Mesmo com a inovação do Colégio Batista, havia muito a ser conquistado no que concerne à ligação da Religião e Sexualidade. Apenas na década de 60, foi constatada maior participação da comunidade religiosa no ensino da sexualidade, com as publicações dos livros do Padre Charbonneau. “Nos anos 60, no entanto, surgem os livros do padre Charbonneau, todos escritos sob a ótica da moral católica e bastante difundidos entre pais e educadores” (COSTA; MAGNO, 2002, p. 18).

O Padre Charbonneau, além de ser sacerdote católico, era educador e se preocupava com a questão da sexualidade, incluindo este tema nos seus ensinamentos, mesmo com restrições, num período em que o rigor e a repressão eram notórios no Brasil. O sistema político militar prevalecente, o moralismo e puritanismo eram fortes valores infiltrados na nossa cultura, dificultando a propagação da educação sexual.

Como o Regime Ditatorial era vigente nesta fase, as restrições sobre discussões acerca da sexualidade eram inúmeras, o que propiciava um recuo dos educadores. Como não existia uma Lei que proibisse o ensino deste tema, foram elaboradas entidades concernentes a este assunto com o intuito de orientar a população nesta área. Conforme Guimarães (1995, p. 23):

No final da década de 70, surgem entidades com fins de controle populacional como o BEMFAM (Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil) que organizou o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual, com objetivos controladores. Essa mesma entidade também procurou introduzir a Orientação Sexual nas escolas, causando grande polêmica. Nessa mesma época, Maria Helena Matarazo implantou em São Paulo um serviço telefônico e um programa de rádio, destinados a responder perguntas sobre sexo.

A década de 70 foi marcada por grandes conquistas na área da educação sexual, com destaque para o trabalho da BEMFAM, uma importante organização não-governamental criada no ano de 1965, voltada para a necessidade esclarecer questões sobre saúde sexual e reprodutiva. Neste período a ascensão do movimento feminista apresentou a necessidade de promover com mais veemência esclarecimento sobre a natalidade.

Nos anos 1980 a revolução comportamental brasileira trouxe novas atitudes em relação à sexualidade, questionando preconceitos nesta área, o que levou a quebra de tabus e fez com que conceitos conservadores da nossa cultura fossem revistos. De acordo com Scaini e Souza (2007, p. 22):

É nesse período que proliferam iniciativas de inclusão da Educação Sexual na rede privada de ensino em vários Estados do país, inclusive escolas de ensino religioso. No ano de 1989, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, sob a responsabilidade do professor Paulo Freire, decidiu implantar a Orientação Sexual na escola, inicialmente nas de 1º Grau e, posteriormente, nas de educação infantil.

Foi também neste período que a população brasileira foi contemplada com o programa TV Mulher com a apresentação da sexóloga Marta Suplicy, proporcionando à nação informações fundamentais sobre sexualidade.

Nos anos 1990, o tema sexualidade foi ganhando espaço e liberdade para ser debatido, principalmente em relação à gravidez precoce, que cresceu muito nesta década, além do aumento de casos da AIDS. Como afirmam Suplicy et al (1999, p. 52):

Em 1992, os trabalhos de Orientação Sexual desenvolvidos nas escolas da rede municipal de ensino de São Paulo atingiram cerca de 12 mil alunos. No dia 27 de junho de 1993, o Instituto DataFolha divulga uma pesquisa realizada em dez capitais brasileiras, constatando que 86% das 5.076 pessoas ouvidas são favoráveis à inclusão de Orientação Sexual no currículo escolar.

Estes dados comprovam a conquista de espaço, constatando a importância da orientação sexual nas escolas pela necessidade de adotar-se uma visão mais aberta e natural do assunto, haja vista que a sexualidade é algo real e inerente à sociedade.

Também na década de 90, a orientação sexual foi contemplada na criação dos PCN's do Ministério da Educação e do Desporto, adotados pelo Ensino fundamental de todas as escolas do país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, com os temas transversais, ainda que com as devidas críticas, destacaram a sexualidade e a orientação sexual como temática relevante para discussão nos estabelecimentos de ensino. Podemos considerar que foi o primeiro reconhecimento oficial, de porte nacional, da necessidade de implantar programas de orientação sexual nas escolas nos dias de hoje, fato que gerou o desenvolvimento de vários trabalhos acadêmicos (BRASIL, 2000a).

Com o passar dos anos, a sexualidade ganha espaço no ambiente escolar, vindo a ser considerado um tema transversal, tendo apoio de organizações não governamentais e principalmente da mídia.

Assim, até os dias atuais tem-se buscado nas escolas uma maior participação dos educadores para que haja uma ampliação nas discussões acerca da sexualidade nas escolas, mas ainda há dificuldades a serem superadas para que ocorra uma orientação sexual consistente. Esperam-se também maiores

investimentos na capacitação dos professores para que os tabus a respeito desta temática sejam eliminados definitivamente e haja superação das repressões sexuais e políticas do passado.

3.3 Os PCN's e a educação sexual

Diante da necessidade de inovação nos projetos educacionais, os PCN's foram criados para direcionar a busca de uma melhoria na qualidade da educação nas escolas brasileiras. Estes compõem as referências de qualificação no que concerne à Educação, principalmente no Ensino Fundamental. Tais parâmetros funcionam como viabilizadores de discussões, análises e sugestões que contribuem para a participação da classe docente, atualizando o desenvolvimento da prática pedagógica.

A participação do Brasil, nos anos 1990, em eventos internacionais resultou na sensibilização de lutar pela satisfação das carências básicas do setor educacional. Com a elaboração do Plano Decenal e com os compromissos assumidos no exterior, ocorreram iniciativas com intuito de universalizar a educação fundamental para a ampliação de chances de crianças, jovens e adultos terem acesso à aprendizagem. A partir daí houve a urgência da obrigatoriedade do Estado quanto à elaboração de parâmetros com função de orientar a prática educacional.

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações (BRASIL, 1997, p. 15).

Os parâmetros têm como objetivo primordial fazer com que cada escola elabore seus projetos educacionais, dando a cada profissional a oportunidade de explorar as ferramentas disponíveis para a elaboração:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997).

Devido à complexa realidade que os professores do ensino brasileiro enfrentam no seu dia a dia, os PCN's procuram dar assistência à classe docente, contribuindo diretamente na formação da cidadania dos alunos.

Entre os focos dos PCN's encontram-se o papel do Governo, da sociedade e da escola na árdua tarefa de orientar os alunos sobre a sexualidade. O incentivo à classe discente no esforço individual para a própria aprendizagem e a conscientização da urgente necessidade de se trabalhar sobre temas transversais, dos quais a educação sexual também faz parte, considerando sua diversidade e abrangência.

A respeito da orientação sexual como tema transversal, a complexidade ocorre devido à abrangência da temática que inclui uma diversidade de áreas do conhecimento, é importante ressaltar que para Yus (1998, p. 17):

Os temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar, não estando ligados a nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar disciplinas novas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola.

Vê-se assim a essencialidade dos conteúdos abordados pelos temas transversais, que pela sua aplicação contribui para o enriquecimento do processo de aprendizagem, afastando-o de um possível enfado e rotina. Isso indica que a escola tem o dever de dispor aos alunos não só o ensino voltado para conhecimentos específicos, mas também proporcionar a formação de cidadãos, tendo a incumbência de capacitá-los para lidar com diferentes situações do dia-a-dia, que permeiam a sociedade.

A orientação sexual como tema transversal, propõe trabalhar a diversidade de assuntos que viabilizam uma reflexão sobre a sexualidade a exemplo das relações de gênero, conhecimento do corpo, DST's, gravidez na adolescência, entre outras.

[...] optou-se por integrar a Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, por meio da transversalidade, o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas de conhecimentos (BRASIL, 2000a, p.128).

Insistimos em dizer que a sexualidade não se restringe apenas ao ato sexual, mas envolve várias áreas relativas ao ser humano, por isso, torna-se válido entender o que seja transversalidade no contexto educacional. Sobre a transversalidade Menezes e Santos (2002) dizem:

Termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos.

A orientação sexual contém informações básicas a todos, mas também é constituída de questões extra-programadas, ou seja, dúvidas que podem surgir no momento da discussão por parte dos alunos. Sobre este aspecto, os PCN's afirmam:

A sexualidade provoca nas crianças uma grande variedade de sentimentos, sensações, dúvidas, etc. Todas essas manifestações são objeto de trabalho do tema Orientação Sexual [...] O trabalho de Orientação Sexual deverá, portanto, se dar de duas formas: dentro da programação, por meios dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extra programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 2000a, p. 128-129)

O ser humano tem papéis sociais fragmentados, exercendo uma multiplicidade de ações de caráter adverso, o que promove a perda da unidade existencial e da auto-identidade humana. Gonçalves (1994, p. 113) comenta a este respeito.

A perda da unidade existencial e a auto-identidade do homem moderno refletem-se também na forma de viver sua sexualidade. Esta é vista pelo homem [...] como um compartimento estanque, um mero fenômeno corporal [...] perdendo sua significação humana.

Um grande problema centra-se na visão que muitos educadores ainda têm acerca da sexualidade, que é de certa forma deturpada, reduzindo-a ao ato sexual e ignorando a amplitude do assunto. A sexualidade humana deve ser discutida abertamente nas escolas, para que a classe discente possa discutir com propriedade sobre aspectos relacionados à sexualidade, tais como gravidez, doenças venéreas, aborto, masturbação, entre outros, o que não vem ocorrendo na atualidade. Pinto (1994, p. 46) comenta criticamente sobre os poucos programas de Orientação Sexual vigentes no Brasil:

Os programas de Educação Sexual nas escolas, por sua vez, ajudam muito pouco os adolescentes, em virtude da sua obsolescência, carência e inadequação pragmática. Raramente estes programas escolares são abrangentes, interessantes e satisfatórios a ponto de atender aos interesses, curiosidades e, sobretudo, às necessidades dos adolescentes [...] os programas, em si mesmos, geralmente, não vão além de algumas aulas elementares, formais e preconceituosas sobre anatomia.

Diante desta afirmação vê-se que a postura dos educadores é preponderante para que haja uma interação no esclarecimento de assuntos relacionados à sexualidade, o que requer uma redefinição de conceitos por parte desses profissionais. Sabemos que existe uma grande barreira a ser vencida, sobretudo em relação ao preconceito, para assim educar e orientar adequadamente os alunos.

Assim, afirmamos que o tema da sexualidade pode ser abordado nas escolas tanto na sala de aula, como na realização de seminários, palestras, workshops, entre outros meios que viabilizem a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico dos professores, para que a educação se torne mais contundente e satisfatória.

3.4 A educação sexual nas escolas

A Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais foi incontestavelmente importante para o fortalecimento da educação social nas escolas, colocando-a num paradigma emancipatório. Os artigos 9º, relativo ao direito à informação baseada no conhecimento científico, e o 10º, relacionado ao direito à educação sexual compreensiva, auxiliam toda atividade realizada com prévio planejamento do grupo de profissionais da escola, com objetivo de rever e reconstruir esta caminhada mediante um planejamento participativo.

É nítida a necessidade de se incluir a orientação sexual nos currículos escolares, bem como o acesso dos alunos a esta, considerando que a sexualidade é inerente à natureza humana. Contudo, a educação reflete a estrutura de poder, daí vem, a dificuldade de um educador dialógico atuar de forma coerente numa organização que nega o diálogo (FREIRE, 2000).

Para preparar o estudante para exercer seu papel de cidadão, torna-se necessário que a escola ensine sobre sexualidade, sendo vital que esta orientação ocorra desde os primeiros anos escolares, evitando assim qualquer possibilidade de omitir algo relacionado à mesma.

Quando se chega à escola nos falta quase todo tipo de informação, tendo geralmente pensamentos e atitudes negativas em relação ao sexo, que se dá acima de tudo por informações errôneas e credices incorretas transmitidas de um colega para outro (SUPLICY et al, 1998).

Por isso, aflora a necessidade da educação compreensiva fundamentada num paradigma emancipatório, com o intuito de vedar qualquer possibilidade de ocorrência de atitudes inapropriadas, repressoras ou preconceituosas, haja vista que as escolas exercem forte influência na formação dos conceitos que regem a vida humana. Uma postura repressora, associada à falta de recursos materiais e de pessoal preparado, gera a incapacidade para dialogar com os alunos sobre educação sexual.

Para que haja uma concretização da educação sexual de modo intencional nas escolas, é imprescindível que se tenha segurança acerca do tema, o contrário disso pode provocar riscos de torná-la repressora e não esclarecedora do que seja sexualidade.

Atualmente a orientação sexual ocorre nas escolas e a educação sexual é de responsabilidade das famílias. Com a despreparação dos pais ou responsáveis pela falta de informação, além do preconceito, há dificuldades para que esta orientação seja feita nos lares.

Mesmo quando se refere a pais considerados liberais, quando se fala de sexualidade, estes não lidam com naturalidade, reprimindo os filhos. Na verdade, há uma transferência de responsabilidades dos pais ou responsáveis para a escola com relação a esse assunto, deste modo esta deve interferir por meio de processos dinâmicos que levem a uma discussão da temática de forma livre e aberta. É de grande valia educar os filhos e orientar os alunos desde a infância, preparando-os para ver a sexualidade com naturalidade e como algo sem culpa, positivo e natural, porém que envolve conhecimento e responsabilidade com o corpo e com a saúde.

A educação é algo que faz parte da realidade da sociedade, através dela os indivíduos recebem regras, costumes e hábitos que fazem parte do contexto social, seja na família ou em grupos sociais. No que diz respeito à educação sexual, apesar de ser indispensável para todas as pessoas, independente da classe social e cultura, não deixa de provocar polêmicas e controvérsias mesmo nos dias atuais.

Nas escolas, há muito a ser transformado para que a orientação sexual seja vista como algo natural e necessário, ainda existem muitas barreiras a serem quebradas, principalmente condizentes à visão dos educadores sobre a temática, que muitas vezes distancia-se do que é posto pelos PCN's, impossibilitando sua concretização no cotidiano da sala de aula. Lembramos que tais educadores são seres humanos inseridos em um determinado contexto cultural e como tais adquirem a visão de mundo que perpassa a sua geração, necessitando de capacitação para romper com preconceitos e discutir sobre temáticas polêmicas a exemplo da sexualidade.

Podemos questionar acerca de como desenvolver adequadamente meios que tornem eficaz a educação sexual no meio escolar, considerando que o preconceito existente pode dificultar o processo. Isso pode gerar uma orientação deturpada, o que pode gerar, muitas vezes, sérias consequências, como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, aborto, entre outros e até a perda da vida. Assim, fica inviável se ensinar algo que é considerado errado e é negado por muitos, inclusive pelas escolas. Segundo Foucault (1985, p. 16):

Embora tenhamos insistido no fato de que a repressão sexual não se realiza apenas pelo conjunto explícito de interdições e censuras, mas, sobretudo, pelas práticas, idéias e instituições que regulamentavam o permitido, mantivemos presente a idéia de repressão como um processo de mutilação, desvalorização e controle da sexualidade como pecaminosa, imoral, viciosa.

Apesar de hoje em dia se falar muito sobre sexualidade e sexo nos meios de comunicações, no que concerne ao ensino formal sobre a sexualidade nas escolas, estas carecem de adotar programas de educação sexual para tornar o trabalho pedagógico nesta área mais efetivo e eficiente.

Tamanha é a importância da escola como veiculadora da orientação sexual, acreditamos que quanto maior for a inclusão desta, maior a prevenção de situações complicadas ligadas à sexualidade. Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo lê-se: “o melhor método anticoncepcional para as adolescentes é a escola: quanto maior a escolaridade, menor a fecundidade e maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis” (DIMENSTEIN, 1999 apud ALTMAN, 2001, p. 575).

A conduta sexual dos adolescentes, faixa etária que mais necessita de orientação sexual, deve ser uma preocupação da educação escolar, por isso é cabível associar o nível de escolaridade com a instrução acerca da sexualidade dos alunos. Porém, sabe-se que a orientação pela educação deve iniciar desde cedo para que assim vá se formando opiniões durante toda a vida de maneira contínua. Afirma Sousa (1991, p. 45):

[...] a sexualidade leva um longo tempo para amadurecer. Desta forma podemos amenizar a situação, pois, para resolver é necessário mais que isso, é necessário voltarmos nossas atenções para os fatores sociais, políticos e econômicos e assim realmente fazer valer a educação.

Assim, desde o início do nível fundamental, ou seja, desde a infância, a educação sexual deve ser tratada, abarcando várias áreas relacionadas ao âmbito escolar. Além disso, o alvo é orientar os alunos durante este nível de escolaridade, para que ao findar esta fase já tenham obtido informações necessárias para lidar com fatos oriundos da sexualidade e principalmente prevenir-se de situações problemáticas.

O objetivo do trabalho de Orientação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, busca garantir direitos básicos a todos como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 2000a, p. 133).

Para finalizar estes apontamentos, observamos que a orientação sexual não pode se desvincular do exercício de cidadania, exatamente por este tema estar incluído nos direitos considerados básicos para a população, por proporcionar informações necessárias para que se tenha vida com qualidade e saúde, preparando cada indivíduo para ser responsável por seus atos na área sexual de modo consciente e não aleatoriamente por falta de orientação.

4 EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL RAUL CÓRDULA

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda."

Paulo Freire

4.1 Conhecendo o campo estágio

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Córdula foi fundada através do decreto de nº. 8.385 de 16 de Fevereiro de 1980, na então gestão do ex-governador Tarcísio de Miranda Burity. Nesta década foram instituídos dois atos, os quais legitimaram o funcionamento da escola: o ato 188/88 que autorizou seu funcionamento, e o ato 13.484 de 24 de Dezembro de 1989.

Sua localização dar-se na Rua Gábio José de Oliveira, s/n, no bairro do Cruzeiro, fazendo assim divisa com as avenidas: Almirante Barroso e Juscelino Kubitschek, e com os bairros: Liberdade, Quarenta e Santa Rosa (Norte); Velame e Distrito Industrial (Sul); Jardim Paulistano (Leste); Santa Cruz e Presidente Médici (Oeste). Segundo dados demográficos de 2002, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro, no qual se situa a referida escola, possui uma população de aproximadamente 10.831 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 5.148 homens e 5.683 mulheres.

Este centro de ensino tem contribuído grandemente para o desenvolvimento psicossocial dos alunos nele matriculados, bem como da população campinense de forma geral. Atualmente, oferece três projetos sociais: Redescobrimo Valores; Repensando a Vida; Repensando a Família; e Prevenção às Drogas. Também podemos destacar dois outros projetos que potencializam e aproximam o alunado das disciplinas, desenvolvendo, portanto seus talentos: o Grafitismo, desenvolvido junto à disciplina de Educação Artística e o Grupo de Teatro, desenvolvido junto à disciplina de História, além do grupo de dança "Guerreiros do Ritmo", que é presença anual nos festivais colegiais.

A E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula tem procurado também ao longo dos anos fortalecer o princípio da intersetorialidade, presente em todas as políticas

públicas brasileiras, buscando convênios com Centros de Integração Empresa-Escola, como o CIEE e NIEE, que proporcionam ao jovem aluno a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Quanto aos grupos organizados no contexto escolar, temos os representantes de turma, eleitos pelos seus respectivos colegas; os Conselhos de Classe, que tem como finalidade analisar as informações e dados apresentados e intervir em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos; e o Conselho Escolar.

Destacamos o Conselho Escolar por esse ser a instância de Deliberação no âmbito escolar que congrega representação governamental e da sociedade civil. É um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino. Isso, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria Estadual de Educação (SEED). O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o(a) diretor(a) escolar.

A Instituição é organizada mediante regimento interno das Escolas Estaduais Oficiais, que dita deveres, direitos e proibições atribuídas ao corpo discente e docente da escola. Esta conta hoje com o número de 2.217 alunos matriculados, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite.

O quadro de profissionais que trabalham na escola é composto por 70 trabalhadores que lidam diretamente com o processo de ensino-aprendizagem, sendo destes: 63 professores, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 orientador escolar, 03 diretores, 01 secretário, além de profissionais de serviços gerais, merendeiras, vigias e chefes de disciplina.

No que se refere à sua estrutura física, a instituição conta com um prédio próprio e espaçoso, dividido em vários espaços para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, conforme especifica o Quadro 01.

Quadro 01 - Especificação da estrutura física da E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Salas de aula	20
Sala de vídeo	01
Sala dos professores	01
Sala de reuniões	01
Sala de direção	01
Secretaria	01
Sala de Recursos Humanos	01
Sala de arquivo morto	01
Sala do SOE	01
Sala de computação	01
Sala de matemática	01
Sala de mecanografia	01
Auditório	01
Almoxarifado	01
Laboratório de informática	01
Gabinete odontológico	01
Biblioteca	01
Cozinha com dispensa	01
Banheiros	16

Fonte: E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula¹

Considerando a importância dos recursos materiais para um ensino dinâmico e de qualidade, bem como a situação de precariedade em que muitas escolas se encontram em relação a estes, podemos afirmar que a escola dispõe de uma gama de recursos materiais que, longe de ser o essencial, pode contribuir para uma melhor apreensão do conhecimento. O Quadro 02 ilustra de forma clara estas informações, especificando e quantificando os recursos materiais da escola.

Quadro 02 - Recursos materiais existentes na escola

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Vídeos Cassetes	02
Retroprojetores	03
Televisões	04
Computadores	17
Mimeógrafos	03
Copiadora	01
Aparelhos de Som	03
Mesa de som com oito canais	01
Microfones	04

Fonte: E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula²

¹ Informações coletadas junto a funcionários da E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula.

² Informações coletadas junto a funcionários da E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula.

Tratando-se dos recursos financeiros, a E.E.E.M.F. Professor Raul Córdula é mantida pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE). A Instituição adquiriu seus recursos materiais, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Quanto à assistência alimentar, a merenda é proveniente de verba federal fornecida pelo Ministério da Educação (MEC) e inspecionada pela 3ª Regional de Ensino de nossa cidade.

Sendo assim, ressaltamos que embora o ensino público se encontre, na atualidade, num processo de desvalorização, continua sendo a opção para muitos brasileiros que precisam qualificar-se para poder ingressar no mercado de trabalho e no próprio ensino superior.

Embora nas últimas décadas um esforço tenha sido empreendido pelo governo federal para fortalecer o ensino público pela valorização, principalmente, do professor, muita coisa precisa ser mudada e muito precisa se investir para que de fato a escola possa ser um espaço favorável à apreensão do conhecimento. Porém, reconhecemos que apesar dos poucos recursos, escolas públicas, como a própria Raul Córdula, tem conseguido responder as demandas da comunidade em que se insere, por isso, mas uma vez enfatizamos sua relevância no contexto atual para a cidade de Campina Grande.

Feitas as considerações acima, passamos a discorrer sobre nossa experiência de estágio curricular em serviço social na referida escola, apontando nossas dificuldades e facilidades em executar uma ação prático-pedagógica de cunho educativo.

4.2 Trabalhando a educação sexual nas escolas: uma experiência no Colégio Estadual Raul Córdula

Nossa inserção no campo de estágio deu-se no dia 09 de julho de 2009, sendo que anteriormente estávamos estagiando em outra instituição, onde por motivos maiores tivemos que sair. Tivemos algumas dificuldades, pois o nosso grupo não dispunha de tempo para se reunir, nos encontrávamos apenas uma vez por semana e no horário da noite.

Nos primeiros momentos não tivemos contato direto com o corpo discente, os primeiros encontros foram com a supervisora de campo (assistente social escolar) e com ela iniciamos nosso processo de observação. A supervisora nos apresentou às instalações do prédio, aos administradores da escola e nos mostrou alguns projetos que a escola dispunha, os quais já citamos no item anterior (4.2).

Após a fase de observação, definimos junto com a supervisora acadêmica, a partir da metodologia de investigação, a execução de uma pesquisa exploratória quali-quantitativa com caráter descritivo analítico. Elaboramos um questionário contendo 15 perguntas, com o intuito de levantarmos o perfil destes alunos, como também coletarmos sugestões para o nosso projeto de intervenção na escola, uma vez que achamos pertinente não impormos nossas idéias e sim desenvolvermos atividades em consonância com a realidade por eles vivida. O questionário foi aplicado na própria escola no horário da noite. Nossa amostragem foi realizada com 122 alunos que estudam do nono ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, o que corresponde a 16,70 % do universo de 732 alunos que estudam a noite.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram submetidos à análise de conteúdo, que objetiva compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou não, as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 1995). As temáticas sugeridas obtiveram os seguintes percentuais: sexualidade 20%, violência 20%, drogas 22%, profissões 20% e cidadania 18%.

A partir daí, elaboramos o projeto de intervenção e demos início a sua execução, momento em que houve uma subdivisão em duplas de estagiárias (havia um estagiário), exceto uma estagiária que preferiu realizar a atividade sozinha. Cada dupla de estagiárias ficou responsável por desenvolver um projeto com uma das temáticas sugeridas pelos alunos. Nosso último momento em campo foi a execução deste projeto, buscamos então uma parceria com a diretoria e com os professores, uma vez que as atividades foram ministradas em horário de aula.

Então, passamos a planejar uma forma de abordagem das temáticas indicadas que propiciasse o desenvolvimento do trabalho da forma mais dinâmica possível. Assim, optamos pela abordagem destes temas por meio de dinâmicas, palestras e oficinas. Consideramos ser esta uma metodologia que permite de forma interativa a discussão de temas complexos que envolvem aspectos: sociais, culturais, econômicos e religiosos. Essa forma de trabalho propicia a troca de

conhecimentos e a construção de conceitos para orientação da vida social de maneira coletiva.

Escolhemos, para nossa intervenção, a temática “Orientação Sexual”, pela importância que esta assume para a vida humana e também por ser contemplada nos PCN’s, como temática transversal da educação brasileira. Sabemos que essa temática ainda apresenta resistência por parte dos profissionais da educação de ser trabalhada no cotidiano da sala de aula.

Assim, desenvolvemos o projeto “Saúde e Sexualidade na Escola” tendo em vista a relação existente entre saúde e educação e compreendendo a importância destas para a estruturação de propostas educativas. Isso, diante da necessidade de dar ênfase às ações de prevenção e promoção à saúde, direcionadas à população adolescente/jovem e de promover o enfrentamento da vulnerabilidade à gravidez precoce e indesejada, e às doenças sexualmente transmissíveis.

Nossa primeira apresentação aconteceu no dia 15 de abril de 2010 das 19hs até às 20hs com o tema: “Doenças Sexualmente Transmissíveis: O que sei sobre isso?”. Este tema surgiu com o intuito de sensibilizar e alertar os jovens acerca da importância da adoção de práticas sexuais seguras. A palestra teve como público alvo alunos das duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, o que totalizou cerca de quarenta alunos. Organizamos as nossas atividades em cinco momentos:

- a) Apresentação – Nos apresentamos e falamos resumidamente sobre a proposta do nosso projeto, explicitando às turmas os temas que iríamos trabalhar.
- b) Introdução do Tema – Pedimos que os alunos argumentassem livremente sobre o que eles entendiam sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).
- c) Dinâmica - Aplicação da dinâmica “Contatos Pessoais” retirada do Manual do Multiplicador (BRASIL, 2000b). Esta dinâmica tinha como objetivo facilitar a compreensão dos alunos acerca da transmissão das DSTs e do HIV/AIDS. A aplicação da mesma não se tornou favorável devido à inibição e resistência de grande parte dos alunos em participar.
- d) Desenvolvimento do Tema - Apresentamos o conceito das DSTs; quem estaria mais vulnerável a contrair as mesmas; suas formas de prevenção e tratamento. Como referencial teórico, utilizamos os livros: Sexo para Adolescentes (SUPLICY, 1998), e, Sexo, Sexualidade e Sociedade

(OLIVEIRA, 2000). Ambos os livros trazem uma vasta discussão acerca da DST / AIDS.

- e) Seção de diálogos – Foi proposta para a resposta de possíveis dúvidas acerca do tema.

Para complementar nosso conhecimento e esclarecer os estudantes acerca do tema, solicitamos junto à Secretaria de Saúde de Campina Grande-PB, por meio de ofício (expedido pela instituição de ensino onde foi executado o projeto citado), materiais educativos, tais como: Cartilhas educativas, folders, panfletos e métodos de prevenção (camisinha: masculina e feminina).

Buscamos facilitar a compreensão dos alunos acerca do tema, assim confeccionamos: cartazes, folders e kits educativos, formados pelo material que conseguimos na secretaria de saúde. Para finalizar apresentamos um vídeo de uma campanha educativa realizada na Itália, para enfatizar a importância do uso da camisinha.

Em suma, observamos o interesse dos alunos acerca do tema proposto, com exceção de alguns alunos evangélicos que não se sentiram à vontade com a discussão do tema. Isto só vem a confirmar o quanto fatores religiosos e culturais influenciam na concepção de sexualidade, levando a relacionar o sexo com algo sujo e pecaminoso, que não deve ser discutido em público.

Observamos também o quanto se faz necessária a realização de trabalhos educativos (especialmente relacionados à saúde), pois embora o nosso público alvo fosse composto em sua maioria por adolescentes, percebemos que as dúvidas não partem somente desta faixa etária, como também partem de jovens de uma idade considerada madura.

Nossa segunda apresentação aconteceu no dia 22 de abril de 2010, quando tivemos o término das atividades educativas relacionadas ao projeto “Saúde e Sexualidade na Escola”. Neste dia, contamos com a presença de uma palestrante, a Agente Comunitária de Saúde da Unidade Básica de Saúde da Família de São José da Mata, e aluna concluinte do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. O público alvo foram alunos das duas turmas do 7º ano do ensino fundamental, totalizando cerca de 40 alunos. O convite foi proposto pela razão da mesma dominar a temática e ter produzido um projeto de pesquisa relacionado à gravidez na adolescência.

Pelo motivo de chegarmos um semestre atrasadas e em virtude da greve ocorrida na rede estadual de ensino, nosso campo de estágio teve suas aulas suspensas por um mês, tivemos que reduzir nossas quatro atividades em apenas duas devido à falta de disponibilidade de horário da escola.

Deste modo, resolvemos falar sobre gravidez precoce ou indesejada e métodos contraceptivos em um só dia. A palestra teve como principal objetivo sensibilizar os alunos acerca das consequências de uma gravidez não planejada, como também despertar no ideário dos jovens formas seguras de contracepção.

A palestra foi dividida nos seguintes momentos:

- a) Apresentação – Nos apresentamos e falamos um pouco sobre a proposta do projeto, como também falamos um pouco sobre a palestrante da noite.
- b) Desenvolvimento do Tema – A palestrante falou um pouco sobre os resultados da sua pesquisa, mostrando os índices alarmantes de adolescentes grávidas, que, embora soubessem sobre formas de contracepção, não utilizavam estas ou não faziam o uso adequado das mesmas. Ela ainda explorou outros fatores que contribuem para o agravamento da situação que seriam a falta de diálogo com a família, e a vergonha das adolescentes em procurar um serviço de saúde para a busca de respostas para suas dúvidas.
- c) Abertura da seção de diálogos – Nesta os alunos puderam encontrar respostas para seus questionamentos. Para nossa grande surpresa, a maioria dos questionamentos foi originado por um jovem aluno. Isso nos mostra que o interesse e a responsabilidade da prevenção não estão somente a cargo da mulher, como também do homem.

Para facilitar a exposição do tema, solicitamos junto à Secretaria de Saúde de Campina Grande-PB, por meio de ofício (expedido pela instituição de ensino onde foi executado o projeto citado), folhetos explicativos sobre gravidez e amamentação, e os principais métodos contraceptivos (pílula, diafragma, camisinha...). Contudo, não conseguimos ter acesso ao Dispositivo Intra-Uterino (DIU), que não foi disponibilizado para nós devido ao seu alto custo.

Confeccionamos folders, cartazes explicativos contendo figuras sobre os métodos contraceptivos, apresentando as vantagens e as desvantagens de cada método. Para a elaboração dos mesmos utilizamos o referencial teórico disponível

no livro: *Sexo para Adolescentes*, de Suplicy (1998). Trouxemos também dois vídeos educativos contendo a discussão sobre gravidez precoce e o aborto.

Em suma a palestra foi bastante significativa para os alunos, pois os mesmos puderam sanar algumas dúvidas em relação ao tema exposto. Pudemos perceber ao término de nossas atividades o quão é importante a ação interdisciplinar do Serviço Social na Escola. Essa atividade não só contribui para elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo. Visa também prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública. Destacamos a importância da atuação do Serviço Social Escolar como uma das medidas que podem criar, e que já está criando, condições para a preparação de sujeitos sociais aptos a exercerem a cidadania, que tem como desafio a concretização da Educação como um Direito Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação brasileira teve sua história marcada pelo autoritarismo e a exclusão dos menos favorecidos socialmente, caracterizando-se pela defesa dos interesses elitistas e pelo fortalecimento da classe dominante. Nesse sentido, esta se configurava como privilégio de um pequeno grupo, sendo a política educacional entendida como um campo de tensões e conflitos, pela existência dos mais diversificados projetos societários relacionados à educação, presentes em diferentes grupos e segmentos sociais.

A alteração histórica ocorre, sobretudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, período no qual ocorrem mudanças significativas na educação do país, advindas da organização política existente na sociedade da época, que culminou na conquista de direitos e no fortalecimento da cidadania. Passa a educação a ocupar o *status* de política social. Neste período, o conceito de educação é ampliado, bem como a compreensão do papel que a escola exerce na sociedade no que se refere a sua produção e reprodução social, política, ideológica e cultural.

Nos termos da Constituição Federal, no seu artigo 205 coloca a educação como um direito do cidadão. Sendo um direito esta não pode ser negada por nenhuma razão, devendo ser instrumento para promover a igualdade.

Com base nestes pressupostos é que foi instituída a LDB, Lei nº. 9.394 de dezembro de 1996, que define o conceito de educação, seus princípios e finalidades, sua organização, níveis de modalidade, condições dos profissionais de educação. Estabelece critérios do uso de recursos financeiros, além de disposições gerais e transitórias para aplicar a referida Lei.

Esta lei, que tinha como principal objetivo uma administração democrática do ensino público, simbolizou a luta de muitos profissionais contra as dificuldades que impediam o acesso ao ensino que qualificasse os estudantes não só para o mercado de trabalho, mas também para exercer seu papel de cidadão.

Várias críticas são postas a esta nova Lei, afirmando que a mesma, dentre outros aspectos, veio enviesada pela perspectiva neoliberal de mercantilização da educação e não reitera o princípio da universalização posto pela Constituição

Federal. Enfatiza em seu lugar o princípio da solidariedade, deixando a educação a mercê da filantropia e da sociedade civil.

Mesmo assim, podemos afirmar que, nas décadas de 80 e 90, o Brasil obteve importantes conquistas no que se refere à educação. Todavia nos defrontamos com uma onda neoliberal que permeia o processo educativo tentando destruir conquistas sociais, sem que muitas delas sejam sequer efetivadas. Desta forma, embora garantida constitucionalmente como um direito e as leis sobre ela existentes, boa parte da população não tem acesso à educação.

Um dos grandes avanços obtidos na década supracitada foi os novos PCN's que trouxeram outras orientações para o ensino. A possibilidade de se trabalhar temas transversais importantes à formação do educando como cidadão, dentre os quais se destaca a orientação sexual. Porém, como já ressaltamos, a complexidade da temática é grande e decorre, sobretudo, devido à abrangência da mesma que inclui uma diversidade de áreas do conhecimento. Exige dos profissionais de educação, acima de tudo, capacitação para direcionar a temática no cotidiano da sala de aula.

Não podemos negar que a educação sexual é temática ímpar, fazendo parte da realidade cotidiana a que está submetido indivíduos e grupos sociais e trabalhá-la é prepará-los para a vida, para que tenham a oportunidade de crescer intelectualmente, emocionalmente e produtivamente no mundo que vivemos.

Assim, podemos compreender através desse estudo que a sexualidade está diretamente interligada às relações sociais que envolvem diferentes pessoas com distintos papéis sociais. No Brasil, a temática sexualidade caracteriza-se por pontos contraditórios, apresentando visão tradicional distorcida e resumida, por focar apenas a reprodução, sendo trabalhada nas escolas apenas na disciplina de Ciências ou Biologia.

A realidade presente nas escolas em muito se distancia dos focos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dentre os quais tem destaque o papel do Governo, da sociedade e da escola na árdua tarefa de orientar os alunos sobre a sexualidade. Desse modo, não trabalham a diversidade de assuntos que viabilizam uma reflexão sobre a sexualidade, a exemplo das relações de gênero, conhecimento do corpo, DST's, gravidez na adolescência, entre outras.

Nas escolas, há muito a ser transformado, as barreiras a serem quebradas vão desde a visão dos educadores sobre a temática, que muitas vezes distancia-se do que é posto pelos PCN's, impossibilitando sua concretização no cotidiano da sala de aula, até a falta de recursos materiais, humanos e institucionais que permeiam o dia a dia das escolas públicas.

Neste sentido, a relevância da prática do assistente social para garantir uma educação de qualidade é indiscutível, considerando a formação generalista que este profissional possui e também as suas possibilidades de trabalhar com os mais variados grupos que compõem o processo de aprendizagem como: professores, família, comunidade, entre outros.

Se o serviço social é requisitado para atuar sobre as expressões da questão social, no sentido de amenizá-las, consideramos as múltiplas manifestações da sexualidade humana também como expressões desta, sendo um campo riquíssimo para atuação do profissional da área. Por isso, enquanto estagiárias de Serviço Social, propomos uma intervenção neste campo na E.E.E.F.M. Professor Raul Córdula.

Durante o estágio podemos perceber que a escola, apesar dos poucos recursos, tem desempenhado papel preponderante na formação de jovens e adultos naquela localidade. Apesar de ter alguns projetos em desenvolvimento, nenhum deles referia-se à orientação sexual, mesmo tendo sido colocada a importância desta pela LDB e pelos PCN's, que a apresenta como tema transversal, o que denota certo descaso em relação ao trato com o tema.

Relatos de vários alunos deixaram explícito que em poucas disciplinas, das quais se destacam biologia e/ou ciências, se tratava sobre o assunto, porém, sempre de forma conservadora e mais científica.

No momento das oficinas os alunos demonstraram ter muitas dúvidas acerca da sexualidade, apresentando interesse total pelo tema e alegando a falta de oportunidade de esclarecer dúvidas e debater a temática na sala de aula.

Desta forma, compreendemos que o Serviço Social pode contribuir muito neste processo na capacitação e sensibilização dos docentes para incorporação deste desafio que é trabalhar com a "Orientação Sexual". Poderá propor uma metodologia ou um plano de trabalho adequado à realidade escolar, para trabalhar diretamente com os discentes esclarecendo suas dúvidas e promovendo momentos de interação.

Contudo, compreendemos que não só os alunos precisam ter suas dúvidas esclarecidas e que este processo envolve a união de profissionais da educação, bem como de seus gestores, do poder público da família e da comunidade, a fim de quebrar as barreiras do conservadorismo que permeiam a temática aqui abordada. Fica posto o desafio para outros estudantes e pesquisadores do serviço social de criar um projeto de intervenção e/ou pesquisa que envolva as demais categorias sociais, que podem contribuir para a formação de uma sexualidade sadia de nossos jovens, com responsabilidade mútua, porém livre de preconceitos e discriminação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Jair Ribeiro Maia de; SILVA, Adriano Queiroz da; MACHADO, Laêda Bezerra. **Ampliação do ensino fundamental para nove anos: o que dizem os estudos mais que chegam aos professores?** Disponível em: <http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2007.2/ampliao%20do%20ensino%20fundamental%20para%20nove%20anos.pdf> Acesso em: 22 out. 2011.

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. Política educacional brasileira na década de 1990: um desserviço à cidadania. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, jan./dez. 2005.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

BASTOS, Francisco Inácio. **AIDS na terceira década**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios da educação especial**. Brasília: SEESP/MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Rio de Janeiro: MEC, 2000a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do Multiplicador: adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997. 126p.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRENDLER, Jaqueline. **Artigos de sexualidade**. Disponível em <http://www.terapiadosexo.med.br/html/faces_ultimos_50anos.asp> Acesso em: 16 ago. 2011.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação**: Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Maria Das Graças; MAGNO, Vângela. **Educação sexual nas escolas de ensino fundamental e médio**: realidade ou utopia? 2002. 61 f. Monografia. (Graduação em Pedagogia). Universidade da Amazônia, Belém, 2002.

DANTAS, Andreia Cristina. **A educação no império**. Disponível <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_7811/artigo_sobre_a_educacao_no_império> Acesso em 21 jul. 2011.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. São Paulo: Papyrus, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão democrática da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, Gema Galgani da; INÁCIO FILHO, Geraldo. Das heranças e dimensões históricas ao panorama educacional do Brasil no Século XX. **Cadernos de história da educação**, v. 1, n. 1, jan./dez, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Índios do Brasil**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/indios/>> Acesso em: 11 jul. 2010.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas: Papyrus, 1994.

GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais**: a história da sexualidade humana. São Paulo: Livraria Rocca, 1983.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na cena contemporânea**. Disponível em: <http://www.cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graduacao_cfess_2010.pdf> Acesso em: 22 out. 2011.

LOHN, Joel Irineu. **Breve histórico das ciências no Brasil**. Disponível em: <<http://lohn.no.sapo.pt/cienciaBrasil.htm>> Acesso em: 22 out. 2011.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O serviço social na área da educação. **Revista Serviço Social & Realidade**, v. 8, n. 1, 1999.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A constituição de 1967. In: D'ÁVILA, Luiz Felipe (Org.). **As constituições brasileiras: análise histórica e propostas de mudanças**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARTINS, Vicente. **Aspectos jurídico-educacionais da Constituição de 1934**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/direito/artigos/constitucional/cf-34.htm>> Acesso em: 20 nov. 2011.

MELLO, Cristiane Silva. **Estado e educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a lei de diretrizes e bases da educação nacional (1959 - 1961)**. 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira (EducaBrasil)**. São Paulo: Midiamix, 2002.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1987.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, José C. (Org.) **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 161-175.

OLIVEIRA, Silvério da Costa. **Sexo, sexualidade e sociedade**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007. 200 p.

PELEGRINI, Thiago; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **A educação nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela "Utopia Autoritária" (1964-1975): Parte 2**. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=45>> Acesso em: 31 jul. 2011.

PINTO, Luiz Fernando. A (des)educação sexual na televisão. **Revista da FAEEBA**, Salvador, n. 3, jan./dez. 1994.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação: a organização escolar**. Campinas: autores associados, 1979.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil: momentos de uma história em construção**. Disponível em: <http://bennosander.com/textos_detalhe.php?cod_texto=7> Acesso em: 22 out. 2011.

SANTOS, André Michel. **Reflexões necessárias sobre a educação do século XXI na perspectiva do Serviço Social: reprodutora ou libertadora?** Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/reprodutoraoulibertadora.asp>> Acesso em: 15 ago. 2011.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira**: estrutura, administração e legislação. São Paulo: Thomson, 2003.

SCAINI, Itamara; SOUZA, Adria Simone Duarte de. Garotos, a escuta do afeto: refletindo através da fala do adolescente masculino sobre a orientação sexual na escola. **Ethon e Episteme**, Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, ano 3, v. 5, jan./jun. 2007.

SOUZA, Hália Paulino de. **Orientação sexual**. Curitiba: Juruas, 1991.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

SUPLICY, M. **Sexo para adolescentes**. São Paulo: FTD, 1998.

YUS, Rafael. **Temas transversais**: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANEXOS

ANEXO A: Fotos da palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis

Figura 1 - Momento de discussão da temática “Doenças Sexualmente Transmissíveis”



Figura 2 - Momento de discussão da temática “Doenças Sexualmente Transmissíveis”

